

**JUVENTUDE BRASILEIRA E EDUCAÇÃO**

Álida Leal • Brésicia Nonato • Licinia Correa • Symaira Nonato (Orgs)

# Juventudes e relações étnico-raciais

Licinia Maria Correa  
Rodrigo Ednilson de Jesus

FINO TRACO



EDITORA





Todos os direitos reservados aos/as autores/as. Este livro (ou parte dele) não pode ser reproduzido por meios mecânicos, eletrônicos ou por cópia xerográfica sem autorização prévia dos/as autores/as.

**Série de Cadernos Temáticos**  
**“Juventude brasileira e educação”**

**Juventudes e Relações étnico-raciais**

**Autores/as:**

Licinia Maria Correa

Rodrigo Ednilson de Jesus

**Organização:**

Álida Leal, Brésicia Nonato,

Licinia Correa e Symaira Nonato

**Capa e projeto gráfico:**

Carol D’Alessandro

**Diagramação:**

Editora Fino Traço

**Cadernos da série**

- Juventudes: culturas juvenis e cibercultura
- Juventudes e ensino superior
- Juventudes e escola
- Juventudes e indisciplina nas escolas
- Juventudes e participação política
- Juventudes e processos educativos
- Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos
- Juventudes e projetos de vida
- Juventudes e relações de gênero
- Juventudes e relações étnico-raciais
- Juventudes, sexualidade e diversidades
- Juventudes e territórios: o campo e a cidade
- Juventudes e trabalho
- Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C824j

Correa, Licinia Maria

Juventudes e Relações étnico-raciais / Licinia Maria Correa, Rodrigo Ednilson de Jesus. - Ebook - Belo Horizonte : Fino Traço Editora, 2021.

44 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8054-508-1

1. Educação. 2. Formação docente. 3. Jovens. 4. Relações étnico-raciais.  
I. Jesus, Rodrigo Ednilson de. II. Título.

2021-3655

CDD 370

CDU 37

Licinia Correa<sup>1</sup>

Rodrigo de Jesus<sup>2</sup>

# Juventudes e Relações étnico-raciais

---

1. Licinia Maria Correa - Pedagoga e professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Membro do Programa Observatório da Juventude. E-mail: [liciniacorrea@ufmg.br](mailto:liciniacorrea@ufmg.br)

2. Rodrigo Ednilson de Jesus - Cientista Social e professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Membro do Programa Ações Afirmativas na UFMG. E-mail: [rodrigoednilson@gmail.com](mailto:rodrigoednilson@gmail.com)



## **Apresentação Série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”**

Cara leitora, caro leitor,

É com muito carinho que dedicamos a você, educadora e educador, a **série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”**. Esse é um importante projeto desenvolvido pelo **Programa Observatório da Juventude (OJ)** da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O OJ, iniciado em 2003, inserido na Faculdade de Educação da UFMG, situa-se no contexto das políticas de ações afirmativas, apresentando uma proposta de extensão articulada com ações de pesquisa e ensino em torno da temática educação, cultura e juventudes<sup>3</sup>. A produção deste material é uma resposta e, ao mesmo tempo, um agradecimento a educadoras, educadores e jovens com os quais temos trabalhado há quase 20 anos. De certo modo, é também uma forma de dar continuidade à experiência exitosa dos “Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio”, produzidos em 2013 como uma das ações do projeto “Diálogos com o Ensino Médio”. Neste novo material, além de algumas temáticas já discutidas ante-

---

3. Para conhecer mais sobre o OJ, acesse o nosso site: <<https://observatoriodajuventude.ufmg.br/>>.

riormente, ampliamos o debate para além da instituição escolar. Assim, oferecemos outras possibilidades reflexivas na interseção do tema Juventudes com outros campos analíticos.

Nosso propósito é o de oferecer subsídios teóricos, metodológicos, didáticos e pedagógicos a profissionais que trabalham com jovens e demais pessoas interessadas na temática, que desejem refletir, dialogar e propor ações junto a tais sujeitos. A série, elaborada no formato de Cadernos Temáticos, conta com 14 volumes que remetem a diferentes aspectos e dimensões relativas às juventudes e processos formativos.

Cada um dos Cadernos, embora conte com registro de autoria, **foi construído a várias mãos [e corações]**. Por um lado, ao longo do processo de elaboração, foi realizada a leitura coletiva e colaborativa por autores/as dos Cadernos desde sua versão mais embrionária até a versão final, o que contribuiu significativamente para o aprimoramento da escrita dos textos. Por outro lado e de modo especial, contamos com a leitura atenta e cuidadosa da Professora Inês Assunção de Castro Teixeira, referência como educadora e com larga experiência na formação de professores/as. Suas contribuições sinalizaram caminhos para produção de escritos que, sem perder a densidade, fossem mais leves e sensíveis – **o que traduz o “jeito OJ” de ser e construir formação com jovens e educadores/as.**

Tal como aconteceu ao longo do processo de elaboração deste material, entendemos que é com múltiplos olhares que cada um/a de nós, educadores/as, dialoga e constrói saberes com os/as jovens, não é mesmo?! Por isso, nosso objeto de inspiração foi o **CALEIDOSCÓPIO**. Você já ouviu falar, manuseou ou brincou com um caleidoscópio? Esse é um aparelho óptico formado por vários espelhos inclinados, que, a partir do reflexo da luz, nos premia com múltiplas possibilidades de figuras, imagens (as)simétricas, multicores, singulares e únicas! Etimologicamente, o termo deriva das palavras gregas καλός (kalos), “belo, bonito”, είδος (eidos), “imagem, figura”, e ζκοπέω (scopeo), “olhar (para), observar”. O caleidoscópio é, portanto, um instrumento que nos permite “olhar surpreendentes configurações de imagens”.

Acreditamos que, a partir da leitura dos Cadernos, seja possível construir um caleidoscópio com aprendizagens, olhares, escutas, registros, ações e experiências sobre e com as juventudes. Uma construção que terá como base os conhecimentos que cada um/a já possui, somados às contribuições que buscamos trazer em cada Caderno, propiciando, assim, (re)fazer olhares, (re) construir conceitos, (re)visitar reflexões e, especialmente, **ampliar possibilidades de construção de conhecimento e metodologias com/sobre as juventudes nos diferentes processos educativos!**

Esperamos que cada um/a viva uma experiência caleidoscópica!!! Experiência entendida aqui como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”, como nos diz o professor Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21). De um lado, desejamos que você olhe para os/as jovens com os quais constrói processos educativos a partir de diferentes ângulos, cores e reflexos, buscando compreender que existem diferentes modos de ser jovem. Busque “girar o instrumento” e ajustar as lentes para perceber que os diferentes espaços educativos nos quais os/as jovens estão inseridos/as, as culturas juvenis, a forma como se conectam com as tecnologias digitais, as dimensões dos territórios, os demarcadores sociais de diferenças (raça, gênero, sexualidade), suas formas de participação, sua relação com a saúde e a forma como constroem seus projetos de vida evidenciam que estamos falando de juventudes no plural, requerendo de nós educadores/as múltiplos olhares caleidoscópicos. De outro lado, convidamos você, - como nos provoca Rubem Alves com poesia nomeada “A complicada arte de ver” - a fazer um exercício constante de reflexão e questionamento: afinal, o que os olhos dos seus olhos veem? O que os ouvidos dos seus ouvidos ouvem? Ou seja, o que faço com o que eu vejo e escuto acerca dos/as

jovens com os/as quais eu trabalho? Quem são eles/as? Como eu tenho construído processos educativos com eles/as? Trata-se de um convite para que cada um/a perceba os reflexos, as nuances, os movimentos, as cores e, especialmente, as singularidades das juventudes.

A metáfora do caleidoscópio acompanhou toda a nossa construção e, por isso, em alguns itens do Caderno nos remeteremos a essa inspiração: *Iniciando o giro do caleidoscópio* (introdução); *Outros ângulos, cores e formas: para saber mais* (espaço destinado ao compartilhamento de diferentes linguagens que possibilitam ampliar e adensar questões já discutidas no Caderno); *Focalizando imagens: leia mais* (Indicações de referências acadêmicas); *Juntando imagens e reflexos* (considerações finais) e *Caleidoscópio em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir* (sugestão de exercício de ação-reflexão-ação contínuo acerca do trabalho com os/as jovens).

Por fim, tal como acontece quando vamos brincar com um caleidoscópio, não há uma ordem a ser seguida para a leitura dos Cadernos. Você pode começar por onde e da maneira que quiser. Convidamos você a olhar para estes Cadernos como se, metaforicamente, estivesse observando para dentro do tubo de um caleidoscópio. Desse modo, é você quem escolhe para onde

deseja girar, a velocidade do giro e se deseja ou não se movimentar diante da luz para focalizar as imagens formadas.

A este respeito, um último detalhe: você notará que, ao organizar os Cadernos de modo circular, será formada uma imagem que nos remete ao giro do caleidoscópio. Este arranjo está presente na guarda (ou seja, no verso da capa e da contracapa) de todos os Cadernos. Nosso intuito foi o de simbolizar que, mesmo podendo ser usados de modo individualizado, os volumes guardam entre si características comuns e se completam. Os desenhos e as cores apresentados em cada volume são algumas dentre milhares de possibilidades imagéticas advindas do caleidoscópio que, assim como as/os jovens, deve ser compreendido por múltiplos olhares, entrecruzando diferentes dimensões e perspectivas.

**Desejamos uma excelente leitura e que sigamos “caleidoscopindo” possibilidades de construção de Pedagogias das Juventudes!**

*Álida Leal, Bréscia Nonato, Licínia Correa e Symaira Nonato*

## Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 2002. p. 20-28.

RUBEM, Alves. A complicada arte de ver. *Jornal Folha de São Paulo*, 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em: 20 de mar de 2022.





### Iniciando o giro do caleidoscópio

Caro/a colega leitor/a,

Com imensa satisfação compartilhamos com você este Caderno, que tem como objetivo central apresentar reflexões e provocações sobre as juventudes brasileiras e seus diferentes pertencimentos raciais. Somos um país marcadamente diverso, constituído por centenas de etnias nativas, por dezenas de etnias africanas trazidas para o Brasil na condição de escravizadas, pelos povos europeus que colonizaram nosso país, enfim, pelos povos que chegaram aqui em processos migratórios por variados motivos. A diversidade étnico-racial é um componente marcante do povo brasileiro e, neste sentido, atravessa o cotidiano dos/as jovens brasileiros/as, nas instituições escolares e fora delas.

Em uma sociedade tão diversa como a brasileira, muitas vezes descrita como um arco-íris de cores, entendemos que seria inadequado pensar e falar sobre as juventudes sem dar destaque para os modos como suas cores interferem nas formas pelas quais estes/as jovens se veem e são vistos/as. O que você pensa sobre isso? Como tem vivenciado as manifestações de racismo, preconceito e/ou discriminação que ocorrem nos espaços educativos em que você trabalha? Vamos falar um pouco de nossas experiências e gostaríamos de conversar com vocês sobre esses assuntos.

Ao longo deste texto, falaremos sobre diferentes aspectos que racializam as vidas de jovens brasileiros/as, ou seja, que se constituem e são influenciadas por imaginários vinculados à ideia de pertencimentos raciais. Esperamos que a leitura deste material possa nos ajudar a compreender conceitos importantes como raça, racismo, racialização, branquitude e mestiçagem, úteis nas relações cotidianas com os/as jovens, contribuindo também nos seus processos formativos, tornando-se meios para (re)pensarmos nossas ações no mundo e nossas práticas pedagógicas no trato das diferenças.

## **Juventudes e relações étnico-raciais**

Quando falamos em relações étnico-raciais, estamos nos referindo a tudo que envolve as interações entre pessoas que pertencem a diferentes grupos raciais e étnicos. Essas interações podem se dar no contato físico entre pessoas ou grupos, por meio de representações fotográficas, cinematográficas, artísticas ou iconográficas, entre outras. Com o advento das tecnologias digitais e das redes sociais, temos ainda essas formas de interação nos ambientes virtuais. No Caderno “Juventudes: culturas juvenis e cibercultura” este tema é abordado de modo aprofundado por Juliana Reis e Shirlei Sales.

Queremos dizer com isto que todas as relações sociais que experimentamos em nossas vidas são marcadas pela dimensão étnico-racial, ainda que muitas vezes, a gente não pare para pensar nisso. Acontece que essas relações sociais apresentam desdobramentos que se configuram em situações problemáticas para alguns grupos étnico-raciais. Afinal, os diferentes membros deste mosaico de povos e etnias, que nomeamos diversidade étnico-racial, muitas vezes são classificados e tratados de forma hierarquizada, seja em razão do tipo de cabelo, da cor da pele, das formas do corpo, do modo de falar ou de aspectos cognitivos relacionados a capacidades e talentos.

Pensar em como as relações étnico-raciais interferem nas relações sociais nos permite compreender que a condição juvenil também se expressa numa perspectiva étnico-racial, na medida em que muitos meninos e meninas constroem suas identidades levando em consideração dimensões raciais, autoidentificando-se como negros/as, brancos/as, indígenas, asiáticos/as etc. E mesmo quando não se autoidentificam, são, geralmente, identificados por outras pessoas por meio de apelidos (Pelé, alemão, japa, índio, etc.), xingamentos (macaco, tiziu, branquelo, etc.) ou referências raciais ditas “carinhosas” (pretinha, neguinha, galego, etc.).

Precisamos admitir que uma das principais dificuldades em enxergarmos as estreitas relações entre as cores dos/as jovens e seus pertencimentos raciais e, em consequência, seus modos de viverem a juventude, está relacionada com as imagens compartilhadas sobre “nossas cores”. Não é incomum que ao tocar neste assunto, em casa, nas rodas de amigos, no trabalho ou mesmo nas escolas, algumas pessoas, incomodadas com os conflitos que podem emergir deste tipo de conversa, disparem: “Mas no fundo, no Brasil, somos todos mestiços” ou “Somos todos iguais porque somos todos seres humanos”.

Sem desconsiderar o fundo de verdade contido nesta afirmação, a de que somos todos iguais por sermos todos humanos, é importante problematizar algumas das intenções e das conse-

quências políticas de afirmações como estas. Em nosso contexto social esse tipo de fala é utilizado para minimizar atitudes racistas, desqualificando o sofrimento da vítima. Para uma discussão aprofundada sobre a condição humana sugerimos a leitura do Caderno “Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo”, escrito por Symaira Nonato e Juarez Dayrell.

Uma das intenções mais evidentes deste discurso é a tentativa de interditar o debate sobre as diferenças, sejam elas raciais, de gênero, de sexualidade, etc. Já a afirmação “somos todos mestiços”, geralmente utilizada como forma de silenciar a afirmação das diferenças raciais, nos leva a crer que “somos todos/as” produtos indiferenciados do cruzamento de negros, brancos e indígenas. Assim, importa perguntar: se somos todos/as iguais ou todos/as mestiços/as, como e por que falar em pertencimentos raciais? Como e por que falar das cores inscritas nos corpos dos/as jovens?



### **Focalizando imagens**

No texto intitulado “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”, a professora Nilma Lino Gomes trata

de maneira didática e numa linguagem bastante direta, importantes conceitos e os modos como são utilizados no contexto brasileiro. O conceito de relações étnico-raciais, por exemplo, já citado diversas vezes neste Caderno, está bem explicado na citação contida no texto: “Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstram que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil” (GOMES, 2005, p. 47).

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. Uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39 - 62.

Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/publicacoes/item/9-educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-n-10-63903>>. Acesso em 02 jun. 2021.

De nosso ponto de vista, a negação da existência do racismo – fenômeno que se baseia na identificação e hierarquização de raças – tem como consequência a desqualificação de políticas públicas que tenham como objetivo o combate ao racismo e a construção de oportunidades iguais para pessoas de diferentes “cores”. Conhecidas como políticas de cotas, as reservas de vagas para candidatos/as autodeclarados/as negros/as e indígenas em instituições federais de ensino, por exemplo, são um bom exemplo de políticas públicas continuamente desqualificadas por supostamente promoverem uma divisão racial antes inexistente no Brasil. Para compreender o impacto da Lei de Cotas no acesso de jovens negros/as às universidades públicas, leia o “Caderno Juventudes e Ensino Superior”, escrito por Bréscia Nonato e Liliane Lima.

## **Crime perfeito**

Para o antropólogo e professor Kabengele Munanga, o racismo no Brasil é um crime perfeito, já que, apesar de se fazer presente em vários momentos da vida das crianças, dos/as adultos e dos/as jovens brasileiros/as, dificilmente conseguimos identificar os/as opressores/as. Segundo ele, “nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima se torna responsável

pelo seu racismo e quem cometeu, em geral, supera o episódio sem problema algum”.<sup>1</sup>

A pesquisa intitulada Racismo Cordial, publicada pela Folha de São Paulo no ano de 1995, exemplifica bem as palavras de Munanga. De acordo com o repórter especial da Folha de São Paulo, Fernando Rodrigues:

*A maior e mais ampla investigação científico-jornalística sobre preconceito de cor no Brasil, realizada pela Folha e pelo Instituto de Pesquisas Datafolha em 1995, resultou em centenas de revelações. Mas três números básicos sintetizam um pouco deste extenso trabalho, agora publicado no livro Racismo Cordial: 1) apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, 2) só 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito, mas, 3) de forma indireta, 87% revelam algum preconceito, ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou ao admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros”. (RODRIGUES, F. 1998, p. 11)*

---

1. O conteúdo integral da entrevista com Kabengele Munanga está disponível em <<https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>>. Acessado em: 02 mar. 2021.



### **Focalizando imagens**

TURRA, C. e VENTURI, G. Racismo cordial – a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo, Editora Ática, 1998.

Parte do conteúdo do livro, você encontra disponível em <[https://static.poder360.com.br/2020/06/Texto\\_Racismo\\_1995.pdf](https://static.poder360.com.br/2020/06/Texto_Racismo_1995.pdf)> Acesso em: 20 fev. 2021.

Ao se referir aos resultados desta pesquisa, a antropóloga e professora Lilian Moritz Schwarcz afirmou que todo/a brasileiro/a parece se sentir como “uma ilha de democracia racial”, cercado de racistas por todos os lados”. (SCHWARCZ, 2007). Essa ideia de que no Brasil há uma convivência harmoniosa entre negros/as, brancos/as e indígenas, foi forjada pelo médico alagoano Arthur Ramos, para contornar o “problema das origens genéticas do povo brasileiro” frente às teses eugenistas sustentadas pela elite intelectual brasileira. Mas foi Gilberto Freyre que, na obra Casa Grande e Senzala, encontrou a solução ideal para lidar com nossas distintas origens, umas vistas como inferiores e outras vistas como superiores: valorizar alguns aspectos das culturas negras e indígenas que, associadas aos aspectos culturais dos/as descendentes de europeus resultariam em uma identidade nacional mestiça. Com

isso, varria-se para debaixo do tapete as assimetrias produzidas no processo escravagista e criava-se o mito de uma sociedade sem preconceitos e sem discriminação étnico-racial, ou seja, um racismo à brasileira.

O Mito da Democracia Racial, erigido no Brasil no início do período de industrialização (década de 1930), aos poucos se vinculou aos interesses de garantir as bases de coesão nacional, favorecendo aquilo que Gilberto Freyre (1933) chamou de “equilíbrio de antagonismos”. Nesse sistema, que contribuía para equilibrar os conflitos, o mestiço passava a desempenhar um papel estratégico, já que, sendo a síntese das diferenças, pode existir sem ser nenhum de seus pontos de origem: negro/a, branco/a ou indígena. O/A mestiço/a é, portanto, o/a novo/a brasileiro/a e se torna a expressão do projeto nacional moderno: uma nação racialmente indiferenciada!

Depois de ler estas reflexões iniciais, você deve estar se perguntando: por que iniciar este Caderno falando de racismo quando o objetivo do texto é falar sobre juventude e relações raciais? Porque acreditamos ser impossível falar de experiências de jovens, moradores/as de um país que por mais de 400 anos se construiu por meio da mão de obra de pessoas negras escravizadas, sem falar das razões que possibilitaram esta escravização e das consequências deste processo de desumanização. O depoimento de

Paula, retirado de uma carta que essa jovem estudante escreveu narrando suas vivências do racismo no cotidiano escolar, mostra como, mais de cem anos após o fim oficial da escravidão, as avaliações sobre o caráter, a personalidade, a beleza e a capacidade das pessoas negras ainda passam pela cor da pele e pelas características fenotípicas, em geral.

*Preta na escola não era só feia, preta na escola também é agredida. No corredor, os meninos puxavam meu cabelo, meu nariz e minha boca era apertada. Não gostava também de ir ao banheiro na hora do recreio, porque chegava lá e eu não podia me olhar no espelho. O pior foi quando eu tava passando maquiagem no banheiro e uma menina disse pra amiga dela: - Achava que maquiagem era pra ressaltar coisa bonita. Este dia eu não aguentei, chorei, chorei. Uma professora me perguntou por que eu estava chorando, aí eu tive coragem de dizer, e ela disse: - Bobagem, não chora, maquiagem não é só pra pessoa bonita não, é pra quem quiser, você pode usar maquiagem. Meu Deus, a professora também me achava feia! (Trecho da carta de Paula, jovem estudante do ensino médio, 2019)*



### Focalizando imagens

O depoimento de Paula foi retirado de uma carta na qual a jovem descreve suas vivências (escrivência) do racismo na escola. A escrita de si constitui-se numa das ações realizadas pelo projeto de extensão *Educar-se pela escrita do outro/a: indagações sobre as trajetórias escolares e universitárias da juventude negra e LGBTQI+ mineira*, numa parceria entre os Observatórios da Juventude da UEMG e UFMG/MG e escolas da rede pública de ensino.

Para conhecer a ação, acesse: <<https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=68044>>. Acesso em 01 Fev. 2021.

O livro que sistematiza parte das ações realizadas pode ser acessado em: <<https://www.travessa.com.br/rompendo-silencios-escrevivencias-sobre-as-trajetorias-escolares-das-juventudes-negras-e-lgbtqi-1-ed-2021/artigo/85ade3f2-7f20-4331-b8a2-69ca78955525>>. Acessado em: 28 mai. 2021.

Ainda é bastante comum que o episódio vivido por Paula, protagonizado pela dupla de estudantes e reforçado pela professora da escola, se materialize em espaços educativos como a escola na forma de piadas, ofensas ou ditas “brincadeiras”. No

entanto, nem sempre episódios como estes são entendidos como racismo ou discriminação racial, sendo, em geral, definidos como uma infeliz brincadeira, um modo deselegante de se referir à jovem ou apenas um preconceito.

Aquilo que para muitas pessoas pode ser descrito como uma brincadeira, um preconceito banal ou mesmo *mimimi* é, para as vítimas do racismo, um veredito sobre sua identidade racial, confirmado pela professora de Paula, quando ela constata: - Meu Deus, a professora também me achava feia! O significado para Paula é de que o seu cabelo, seu nariz, sua boca, seu tom de pele, tudo nela era feio porque assim diziam suas/seus colegas e sua professora. Como todas essas características estavam marcadamente no corpo de Paula, a culpa pela própria feiura era dela mesma.

Esse é o crime perfeito a que se refere o antropólogo e professor Kabengele Munanga. Para crianças e jovens, essas experiências são ainda mais impactantes, pois é nesse momento da vida que buscam referenciais para construir suas identidades, seus pertencimentos étnicos e raciais. Contudo, se deparam com uma forma de racismo historicamente camuflado pelo mito da democracia racial.

Quando nos referimos ao **fenótipo** nas discussões sobre relações raciais, estamos nos referindo às características obser-

váveis de um indivíduo, como, por exemplo: cor da pele, tipo de cabelo, estrutura corporal etc. O fenótipo resulta da expressão dos genes do organismo, da influência de fatores ambientais e da possível interação entre os dois. O genótipo, por sua vez, são as informações hereditárias que uma pessoa herda e que estão contidas em seu genoma. A interação entre genótipo e fenótipo pode ser resumida da seguinte forma: genótipo + ambiente → fenótipo. (JESUS, Rodrigo E. & REIS, Juliana, 2014, p. 05)



### Focalizando imagens

Para ler esse e outros textos na íntegra, acesse os endereços a seguir.

JESUS, Rodrigo Ednilson e REIS, Juliana. Juventude e diversidade étnico-racial, 2014.

Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/pactmg/images/APOIOCADERNO2/Juventudeerelacoesraciais.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

NEVES, Aline *et all*. Juventude e relações étnico raciais. Belo Horizonte, 2014.

Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/juviva-conteudo/03-01.html>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

## **E por falar em crime... Vamos falar de racismo, preconceito e discriminação racial?**

Sem desconsiderar a importância de pesquisas realizadas sobre o racismo durante as décadas de 1980 e 1990 no Brasil, incluindo a pesquisa realizada pela Folha de São Paulo citada anteriormente, é importante mencionar que nos últimos anos temos avançado na compreensão do racismo como um fenômeno de muitas caras. Mais uma vez, recorremos ao texto da professora Nilma Lino Gomes que define o racismo como:

*(...) um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (2005, p. 52).*

Se concordarmos com a professora Nilma Gomes, podemos afirmar que Paula foi vítima de racismo. O que aconteceu com Paula tem relação direta com seu pertencimento racial (que é negro = feio) e que está em oposição ao ideal de beleza disseminado em nossa sociedade. O preconceito racial contra uma jovem negra

é um sentimento que só pode ser acionado se houver uma crença compartilhada socialmente da superioridade racial das jovens brancas que, por isso, podem realçar sua beleza. À jovem negra, resta o consolo de, sendo pertencente a uma raça inferior, usar o mesmo artifício (a maquiagem) para abrandar sua suposta feiura.

O episódio vivenciado por Paula te fez lembrar de situações em que você vivenciou ou presenciou um comportamento ou atitude racista? Já acompanhou nos noticiários os casos de racismo em jogos de futebol? E os inúmeros casos de violência contra jovens negros/as? Você acredita que o genocídio de jovens negros/as é uma infeliz coincidência? Antes de continuarmos nossa conversa, sugerimos que você assista a esses três vídeos:



### **Outros ângulos, cores e formas**

Vídeo sobre Racismo Institucional - Teste de Imagem - Campanha Governo do Paraná, lançada em 2016: <[https://www.youtube.com/watch?v=JtLaI\\_jcoDQ](https://www.youtube.com/watch?v=JtLaI_jcoDQ)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Vídeos da "Campanha Onde você guarda o seu racismo?", lançada em 2004 e que continua sendo veiculada: <<https://www.youtube.com/watch?v=EH7IZJIOIUA&list=PLIBf-D9B6pWfW4IESHI2uIQ9m2WAJNS6Cz>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Para saber mais sobre a origem do racismo científico, assista ao vídeo sobre as teorias raciais do século XIX: <<https://www.youtube.com/watch?v=YYg5rUwvsm0>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Em texto que aborda a temática das juventudes e da diversidade étnico-racial, Jesus e Reis (2014) procuraram mostrar como o uso de apelidos racializados - quando as características fenotípicas dos apelidados orientam a escolha dos apelidos (Pelé, neguinho, feijão, alemão, galego) - muitas vezes vêm acompanhados de estereótipos e desqualificações. O professor Adilson Moreira, em seu mais recente livro intitulado *Racismo recreativo*, publicado em 2019, discute como o humor pode encarnar “uma política de hostilidade a minorias raciais, seja nas redes sociais, seja nos veículos de comunicação, passando pelo posicionamento do Judiciário brasileiro sobre o tema”.<sup>2</sup> Já Silvio Almeida, em seu livro intitulado *Racismo estrutural*, também publicado em 2019, coloca em debate as visões predominantes sobre o racismo que costumam tratar o tema como um problema moral ou cultural que deve ser enfrentado pela educação ou por meios jurídicos. Segundo Almeida,

---

2. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-discurso-de-odio/>>. Acessado em: 02 mar. 2021.

*o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida. (ALMEIDA, 2018, p.32)*

Os trabalhos de Eliane Cavalleiro (2004) e Rita Fazzi (2004), que abordam outras dimensões do racismo, aquelas que impactam crianças no contexto escolar, também mostram como este tipo de comportamento depreciativo em relação a pessoas negras, que contrasta com comportamentos mais carinhosos e atenciosos dirigidos a crianças brancas, não espera a chegada da maioridade para se fazer presente. Fernanda Vasconcelos (2011), ao olhar para situações de interações entre jovens do Ensino Médio, observou como as “brincadeiras” racializadas deixam marcas profundas nas subjetividades de jovens que, por vezes, são vistos e julgados como corpos anormais.

É nesses comportamentos e atitudes que o racismo toma a forma de discriminação e preconceito. A maneira como nós brasileiros/as enxergamos o povo negro e o lugar que deve ocupar na sociedade é carregado de uma concepção antecipada de quem é o/a negro/a. Se ao ver um jovem negro, à noite, numa rua deserta, me vem o medo e a minha atitude é ir em direção ao outro lado da rua, há um sentimento de aversão, ódio, antipatia ou uma ideia

antecipada de que o jovem negro é violento. Ao associar a imagem do jovem negro ao conceito de violência, instaura-se o medo.

O preconceito racial é a maneira como nós expressamos nossos pensamentos e nosso sentimento de aversão ou de negação de um grupo étnico-racial em relação ao outro. O preconceito remete ao campo das nossas concepções de mundo e das nossas crenças, numa perspectiva de adoção e manutenção de ideias preconcebidas, aprendidas social e culturalmente, a respeito de um grupo étnico, de uma religião, de uma orientação sexual etc. (NEVES *et al*, 2014).

Mas você deve estar pensando: *“Ok, já entendi o que é racismo e preconceito racial. Mas e a discriminação? É tudo a mesma coisa? O que vem primeiro?”*

No Brasil, de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial - Lei n. 12.288, de 20 de Julho de 2010<sup>3</sup>:

*(...) a discriminação racial ou étnico-racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em igualdade de condições de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico,*

---

3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)>. Acesso em 02 de junho 2021.

*social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (Art. 1º. Parágrafo Único, inciso I)*

Para Nilma Gomes, “a discriminação racial é a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (GOMES, 2012, p. 55). Deste modo, quando eu acredito na ideia de que existem raças inferiores e superiores, eu começo a acreditar que os grupos raciais têm comportamentos peculiares e que suas características físicas os tornam mais feios, mais bonitos, mais ou menos inteligentes e mais ou menos confiáveis. No caso de Paula, por exemplo, a professora, apesar de discordar das estudantes a respeito do uso da maquiagem exclusivamente para algumas pessoas, afirma que a maquiagem também é feita para pessoas não-bonitas. A pergunta que pouco fazemos é: afinal, como serão os corpos, os cabelos, as bocas e os narizes considerados bonitos pelos/as jovens com os quais você trabalha, professores/as, educadores/as e pela sociedade em geral?

Se atualmente podemos afirmar que, no âmbito do Estado, as ações políticas orientadas pela busca do branqueamento por meios físicos (através da miscigenação com fins de aprimoramento racial ou através de políticas de imigração europeia) não desfrutariam da mesma legitimidade que desfrutaram nos anos finais do século XIX e do início do século XX, não podemos afirmar que os ideais de sucesso, beleza e honestidade, enfim, de humanidade

associados ao branco deixaram de se fazer presentes entre nós. Os resultados encontrados nas buscas de internet evidenciam que o branco no Brasil não é apenas um grupo racial, igualmente identificado por suas características fenotípicas. O branco persiste, portanto, como um ideal a ser alcançado, uma referência. E como tal, “a branquitude não pode ser alcançada por todos, o que acaba produzindo a imagem, muito presente no imaginário coletivo, de que uma pessoa sem cabelos lisos e sem olhos claros, ainda que com fenótipo branco, não pode ser considerada branca.” (JESUS, 2021, p. 44-45).

### **“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes”**

Em 2020, ano em que o Brasil enfrentava graves crises econômica, política e sanitária, o lançamento do documentário “AmarElo – É Tudo Pra Ontem”, do rapper Emicida, foi uma boa e emocionante surpresa. Ao utilizar os bastidores de um show realizado no Theatro Municipal de São Paulo, Emicida produziu um documentário capaz de resgatar a história e a cultura dos movimentos negros no Brasil nos últimos cem anos. Embora o documentário tenha a força de tocar na memória e nos afetos daqueles que vivenciaram, de perto, alguns dos acontecimentos narrados no documentário AmarElo têm o potencial de apresentar às gerações mais jovens uma parte pouco contada da história

do Brasil. Imersos na era tecnológica, em que as informações são muito mais acessíveis e também muito rápidas; na qual os conhecimentos acumulados pela humanidade não estão reunidos em um mesmo livro chamado de enciclopédia, a iniciativa de apresentar histórias de personalidades negras que se destacaram na luta contra o racismo e em prol da equidade pode contribuir para apresentar às novas gerações nomes como Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento. A iniciativa de Emicida surge justamente no momento em que muitos/as jovens negros, indígenas, periféricos, etc. têm utilizado as redes sociais para fazer política e refletir sobre suas identidades individuais e coletivas.

Na música que dá nome ao álbum Emicida convida duas artistas trans, Pablo Vittar e Maju, e promove um lindo e provocativo encontro, mobilizando dimensões raciais, de gênero e de sexualidade. Ao incluir, na parte inicial da canção, trechos da canção “Sujeito de sorte”, gravado pelo cantor Belchior em 1976, Emicida, Pablo e Maju acabaram por cativar também parte da geração de 1970, possibilitando um diálogo intergeracional, algo raro no mundo do entretenimento. No trecho interpretado por Pablo Vittar, podemos escutar a denúncia/reinvidicação/desabafo: não queremos continuar a ser vistos apenas por meio de nossas cicatrizes! “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes / Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz? / Alvos passeando

por aí / Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes / Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência / É roubar o pouco de bom que vivi.”



### Outros ângulos, cores e formas

Porque assistir o documentário AmarElo?

<<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/amarelo-10-motivos-para-assistir-o-documentario-do-emicida-na-netflix/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Para ouvir uma das gravações da música AmarElo, acesse o link:

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3B-DPIU>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

Importante destacar que, mais do que reivindicar permissão (permita que eu fale), muitos/as jovens negros/as e indígenas, que encontraram nas redes sociais um meio potente para compartilhar ideias e emoções, tem tomado posse do “lugar de fala”, sendo ouvidos por milhares, às vezes milhões, de seguidores.

**“O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”.**

(RIBEIRO, 2017, p.39-40). Popularizado nos debates sociais há poucos anos, o conceito de lugar de fala é usado atualmente por ativistas de movimentos sociais para afirmar o lugar social de corpos subalternizados e grupos socialmente excluídos. Nesse sentido, reivindicar o lugar de fala é contrapor-se ao afirmar a potência de todas as pessoas inscritas no diagrama saber-poder, reconhecendo o conhecimento e a capacidade de expressar-se num contexto discursivo e também afirmar a própria existência. Para Djamila Ribeiro, o conceito *lugar de fala* articula teoria racial crítica e pensamento decolonial possibilitando uma leitura interseccional que considera os vários aspectos e posicionamentos dos sujeitos nas sociedades, como seus pertencimentos étnico-racial, de classe, de gênero.



### Focalizando imagens

Para uma compreensão aprofundada do conceito “lugar de fala” e para dirimir dúvidas sobre o significado desse conceito, sugerimos algumas leituras.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Letramentos, Belo Horizonte, 2017. (Feminismos Plurais)

SANTOS, Gilney Costa. Ribeiro D. O que é lugar de fala? Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3MRGs8LXFfbLm-gC6J4gTLcb/?lang=pt>>. Acesso em: 03 jun. 2021.



### **Juntando imagens e reflexos**

Este processo de empoderamento e contestação das normas e padrões sociais têm crescido e ganhado forças, justamente, no contexto das políticas de Ações Afirmativas que não se reduzem às políticas de reservas de vagas para estudantes negros e indígenas no ensino superior (cotas raciais). Para além disso, elas são um conjunto de políticas públicas e privadas que, a um só tempo, promovem a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e possibilitam a promoção de identidades positivas, capazes de reverter um quadro simbólico depreciativo sobre as populações discriminadas.

Foi o que aconteceu com Andreia Nazareno, mulher quilombola nascida na cidade de Maracaíba, Rio Grande do Norte, e criada em uma comunidade chamada Capoeiras. Graduada, no ano de 2015, em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Andreia foi entrevistada pela pesquisa Trajetórias de Cotistas (JESUS, 2019) e evidenciou que o

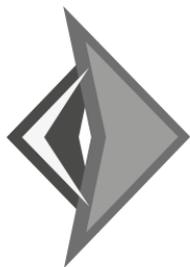
ingresso no ensino superior, por meio de políticas de reservas de vagas, alterou o modo como ela enxergava a si mesma e à sua comunidade. Segundo ela, quando era criança tinha muitas dificuldades em se reconhecer preta ou negra. Por muito tempo se autodeclarou morena: “Cor morena não existe. Não sei que cor é esta, mas, enfim... Hoje eu me reconheço como preta, me assumo como negra. Como a gente é de comunidade quilombola, a gente aprendeu que a gente tem que se autodeclarar” (p. 63).

Assim como Andréia Nazareno, que na Pesquisa Trajetórias de Cotistas recebeu o codinome de Carolina Maria de Jesus - compositora, poetisa e escritora brasileira reconhecida por seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” publicado em 1960 -, muitos jovens negros e negras brasileiros, têm se reencontrado com seu passado e suas origens e, assim, têm ressignificado suas imagens no presente. Como anunciamos no início deste Caderno, nossa intenção foi trazer à tona temas pouco abordados e contribuir para que nós, educadores/as, tenhamos instrumentos para junto com os/as jovens e com nossos/as colegas construirmos coletivamente imagens positivas e humanizadas sobre a diversidade racial brasileira, transformando-a em verdadeiro motivo de orgulho para nossas juventudes. Esperamos ter conseguido!



### **Focalizando imagens**

Quer saber mais sobre as histórias destes e destas estudantes? Quer saber um pouco mais sobre as histórias destes homens e mulheres negras que quebraram barreiras, que venceram os enormes obstáculos enfrentados e que lutaram por uma vida melhor para todos? Confiram o livro disponível na internet: <<https://drive.google.com/file/d/1S4FeuJhYuKFdneYMDOS2ueb6vBkoqkCC/view?fbclid=IwAR2i4aTKF0B5DegeisXzIBfnWvE-Qi3cSGHI1UDOmft1lyG8cERMc-coOE>>. Acesso em: 20 mar. 2022.



## **Caleidoscópio em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir**

Até aqui, vimos o quanto temos a dialogar sobre juventudes e seus pertencimentos étnico-raciais. Já que não vamos esgotar o assunto neste Caderno, que tal aproveitar para pensar na maneira como os/as jovens de seu contexto educativo, vivenciam as relações étnico-raciais, entrecruzadas com outras formas de pertencimento descritas aqui, tais como gênero, território e diversidade sexual? Nossa proposta é que você explore as dicas de materiais sugeridos nessa Série, nas mais variadas linguagens e sugerimos abaixo algumas atividades que podem colaborar com seu trabalho educativo, para que você não deixe o “racismo passar em branco”:

1 – O bom e velho papo reto com os/as jovens com quem você trabalha, mediado por um filme, documentário, performance, oficinas temáticas tem sempre um efeito positivo. No começo da conversa você talvez precise romper os silêncios, mas é sempre interessante perguntar pelos apelidos e como eles surgiram. Observe se algum dos apelidos faz referência ao pertencimento racial dos/as jovens. Faça listas com os

apelidos agregando os mais comuns e os lugares e épocas nas quais o/a jovem recebeu o apelido. A partir desses agrupamentos, dialogue sobre como eles/as lidam com os apelidos racializados, como se sentem frente a eles e por que esses apelidos costumam ser criados. Ao final da conversa é importante desencadear uma ação que possibilite aos/às jovens construir suas próprias narrativas sobre essas múltiplas experiências juvenis: jovem preto periférico; jovem-preta-lésbica-periférica; jovem-indígena-homossexual; jovem-indígena/preta-trans; jovem-negra parda-classe média, dentre outras possibilidades. Uma dica é conhecer e, se for o caso, utilizar a performance Cabelo de Bombril, que você encontra disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AGXeK5Car-U>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

2 - Se ainda não fez, faça com os/as jovens o Jogo do Privilégio Branco. Esse jogo fica bem contrastante quando é realizado com um grupo multiétnico de jovens. Disponível em: <[https://simaigualdaderacial.com.br/site/mergulhe\\_no\\_tema/vantagem-racial-jogo-do-privilegio-branco/](https://simaigualdaderacial.com.br/site/mergulhe_no_tema/vantagem-racial-jogo-do-privilegio-branco/)>. Acesso em: 03 jun. 2021.

3 - Quer fazer um teste? Digite “corpos bonitos”, “bocas bonitas” ou “narizes bonitos” em qualquer site de buscas da internet, clique em imagens e, em geral, irá encontrar um conjunto quase exclusivo de corpos brancos, bocas de pessoas brancas e narizes de pessoas brancas. E depois, faça de outro jeito, montando

um quadro ou um painel, com um conjunto de “corpos bonitos”, das “bocas bonitas”, de cabelos bonitos que se contraponham aos padrões estéticos brancos e que representem a diversidade de cores dos/as jovens brasileiros/as, por exemplo.



Fonte: elaborado pelo/a autor(a) a partir dos resultados de busca no Google pelo termo “Corpos bonitos” 02/06/2021.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DIAS, Fernanda Vasconcelos. *“Sem querer você mostra o seu preconceito!”: um estudo sobre as relações raciais entre jovens estudantes de uma escola de Ensino Médio*. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FAZZI, Rita de Cássia. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntico, 2004.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. *Quem quer (pode) ser negro no Brasil?* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

JESUS, Rodrigo Ednilson de (Org.). *Reafirmando direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro*. 1. ed. v. 1. Belo Horizonte: Ações Afirmativas na UFMG, 2019.

MOREIRA, José Adilson. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro, Polém 2019.

SCHWARCZ, Lilia. Quase pretos, quase brancos. [Entrevista concedida a] Carlos Haag. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, Edição 134, Abril 2007.







OBSERVATÓRIO DA  
JUVENTUDE DA UFMG

FaE  
*Faculdade de Educação*

UF m G

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS